

R\$ 2 milhões para as vítimas da Estrutural

É o que pede o advogado Fabiano Júnior numa ação de indenização contra o Governo do Distrito Federal, protocolada ontem no Tribunal de Justiça

A execução de três moradores da Invasão da Estrutural e um do Recanto das Emas, ocorrida em agosto passado e atribuídas a policiais militares, pode custar caro aos cofres do GDF. O advogado Fabiano Rodrigues Júnior entrou ontem à tarde, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, com uma ação de indenização por danos materiais e morais, contra o governador Cristovam Buarque e o Secretário de Segurança Pública Roberto Aguiar. O valor exigido é de R\$ 2,325 milhões.

A milionária indenização é em favor das vítimas Roberto José dos Reis Filho, conhecido como Azul, Cássia Fernandes Silva Pereira, Ana Paula de Jesus e seus filhos Paulo Henrique de Jesus de Sá e Atos de Jesus de Sá.

Na ação de indenização, o advogado Fabiano Rodrigues, alega que seus clientes foram vítimas da violência de policiais militares. Os PMs são acusados de invasão de domicílio, violência, abuso de autoridade, desrespeito, humilhação, seqüestro, cárcere privado e homicídio.

Vingança

Os crimes em que os policiais militares são apontados como acusados aconteceu após a morte do soldado Rubens Gomes de Faria, ocorrida na noite do dia 7 de agosto último. Rubens foi assassinado durante uma operação realizada pela PM na Invasão da Estrutural.

Dois dias depois, a PM voltou à Estrutural para realizar a

Operação Tornado. Durante a operação, mais de 50 pessoas foram agredidas. Elas registraram ocorrência na 3ª Delegacia de Polícia (Cruzeiro) acusando os policiais de invasão de domicílio, maus tratos e espancamento.

Foram seqüestrados e mortos Luciano Pires de Aquino e Milton de Sá. Regina Célia do Nascimento, foi espancada na frente de seu companheiro Roberto José dos Reis Filho, o Azul. No dia seguinte ela foi encontrada morta em cima da cama. Apesar de várias lesões encontradas no corpo da vítima, o laudo cadavérico do IML deu, como causa da morte, broncopneumonia bilateral.

Após presenciar o espancamento da companheira, Azul foi levado para um terreno baldio juntamente com Milton de Sá. Ele levou dois tiros na cabeça. Os seqüestradores desistiram da empreitada na certeza de que Azul estava morto, mas ele conseguiu sobreviver. Milton não teve a mesma sorte e foi executado com seis tiros, quatro na cabeça e um em cada mão.

Fita

Durante as investigações, o delegado Durval Barbosa conseguiu uma fita de vídeo, gravada por uma emissora de TV, na Operação Tornado, quando ocorreram o desaparecimento e as mortes dos moradores. A fita mostra o momento em que Azul, o único sobrevivente da chacina, é preso. Na cena aparecem vários policiais militares fardados e três à paisana.

Dois dos homens em trajes civis aparecem conduzindo Azul, um de cada lado. Um outro está de terno. Esses mesmos homens aparecem na gravação, no início da operação quando a PM se reuniu no Jóquei Club de Brasília para entrar na Estrutural. A PM teria informado que nenhum policial sem uniforme participaria da operação.

Danos

Na ação, o advogado Fabiano Júnior alega que há de se analisar as circunstâncias que antecederam as mortes. A casa das vítimas foram arrombadas e invadidas. Houve violência, abuso de autoridade, desrespeito, humilhação e, finalmente, seqüestro e cárcere privado.

Por isso, pela morte de Regina que contribuía para o sustento do lar catando e vendendo papel para reciclagem juntamente com seu companheiro Azul, o advogado afirma que o casal nunca recebia menos de um salário mínimo por mês.

Considerando ainda que, a idade da vítima, 49 anos, e a expectativa de vida estabelecida pela Constituição Brasileira é de 65 anos, tem-se um espaço de 16 anos, que multiplicados pelo atual salário mínimo vigente, totalizam a quantia de R\$ 24,940 mil.

Fabiano Júnior entende, ainda, que Azul tem direito a indenização pelas lesões corporais sofridas com o atentado, em especial a de dano estético cau-

sado pelo tiro que levou na cabeça e lesões corporais a uma indenização total de R\$ 600 mil. "A deformidade que ficou em seu maxilar ficará para sempre", afirmou o advogado.

Para Cássia Fernandes, o advogado alega que o companheiro dela Luciano Pires, ganhava R\$ 400 por mês. Quando foi assassinado tinha 23 anos, e para atingir os 65 faltavam 42 que, multiplicados pelo seu salário é igual a 201,600 mil. A título de danos materiais e morais o total chega também a R\$ 600 mil.

Quanto a Ana Paula e seus dois filhos, a defesa afirma que Milton tinha 29 anos, e para chegar aos 65 faltavam 36. Somados aos R\$ 212 que ele recebia como salário perfaz um total de R\$ 91,584 mil, mais 36 meses de 13º totalizam R\$ 99,116 mil a título de danos materiais e R\$ 800 mil por danos morais, sendo a quantia de R\$ 100 mil para cada filho.

Fabiano Júnior finaliza a ação pedindo à Justiça que cite o governador Cristovam Buarque e o secretário de Segurança, Roberto Aguiar, no polo passivo da ação, em face da omissão quanto ao comando de seus subordinados. Além disso, o advogado pede que o valor das indenizações deverão ser acrescidos de juros, correção monetária, honorários advocatícios à ordem de 20% sob o montante da condenação.

LUÍS AUGUSTO GOMES

Repórter do Jornal de Brasília